

# Ameaçada a votação da emenda

Do enviado especial a Brasília

"Às vezes, sinto-me uma ilha perdida em meio ao Congresso". A dois ministros diferentes, o presidente da República, José Sarney, 55, disse essa frase nos últimos dias. Errou por pouco: No esplendoroso anoitecer de ontem, no Planalto Central, o governo parecia menos uma ilha e mais um barco à deriva, incapaz de impor um mínimo de ordem às bancadas que, supostamente, o apóiam, de forma a conseguir a aprovação, em segundo turno, da emenda que convoca o Congresso constituinte (para não mencionar uma penca de outros itens fundamentais também à espera de votação).

"É uma demonstração clara de que o governo não tem o controle de sua bancada", afirma o líder do PT na Câmara, deputado Djalma Bom, 46. "O governo não tem coordenação política. É pior ainda do que no tempo do Figueiredo. Não temos com quem dialogar", ecoa o líder do PTB, Gastone Righi, 49.

Não é exagero de opositoristas radicais, até porque Righi é íntimo de Jânio Quadros, o prefeito eleito de São Paulo, que passou toda a campanha enviando juras de amor a Sarney. E apenas um retrato — e até pálido — de uma realidade que não nasce do monumental "imbroglio" em torno da Constituinte, mas fica

cruamente exposta pelas discussões das últimas 48 horas sobre o assunto.

Um dos ministros (do PMDB) conta que uma das mais importantes leis da chamada "Nova República" foi elaborada integralmente sem que o Presidente tivesse enviado sequer um palpite. O ministro agiu por sua conta e só foi se inteirar de críticas, reparos e observações, depois que o anteprojeto ficou pronto.

O deputado federal João Gilberto (PMDB-RS), 40, narra episódio semelhante: Só foi tomar conhecimento de reparos a seu trabalho sobre a remoção de parte do chamado entulho autoritário depois que já tinha tudo preparado. Antes, ninguém, do governo, lhe deu qualquer orientação.

É, assim, absolutamente natural que se tenha chegado ao ponto de o Congresso Constituinte — uma das mais caras, se não a mais cara, promessa da chamada "Nova República" — poder ficar com a sua convocação adiada para o próximo ano. Mais: É possível que o Congresso constituinte nasça de maneira híbrida. Se for, finalmente, aprovada a fórmula proposta pelo PMDB, "a Constituinte terá um funcionamento autônomo, mas será eleita de forma congressual" diz João Gilberto.

É isso mesmo: A fórmula peemedebista suprime a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitu-

cionais" do texto "Os membros da Câmara de Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de janeiro de 1987". Trocando em miúdos: Nós brasileiros elegeremos deputados e senadores normalmente, mas eles terão funções constituintes e não as funções ordinárias do Congresso.

Resumindo: O PMDB está propondo um esquema capaz de atender tanto as reivindicações de importantes segmentos sociais (Constituintes autônoma) como o projeto original do governo (Congresso constituinte). Um esquema capaz, também, de desagradar a ambas as correntes de pensamento.

Se esse produto híbrido foi aprovado, anteontem, pela bancada peemedebista na Câmara e se contra ele se insurge o líder no Senado do PFL, parceiro do PMDB na Aliança Democrática, fica-se sem saber qual é, afinal, o projeto do governo propriamente dito, já que seus dois sustentáculos principais não se entendem.

E não se pode mesmo saber, pois o governo não enviou ninguém ao Congresso, nem chamou ninguém ao Palácio do Planalto, para tentar arrumar a casa. (CR)